

Capítulo 8

Por que sou behaviorista radical?¹

*Teresa Maria deAzevedo Pires Sérgio
PUC/SP*

Não sabia que seria tão difícil responder privadamente (para mim mesma) e depois publicamente a pergunta: por que sou behaviorista radical?

O caminho que acabei encontrando começa com dois alertas. Gostaria de deixá-los bem claros.

O primeiro alerta. Skinner, nas primeiras páginas de *About Behaviorism* (1974), por duas vezes (p.8 e p.20), afirma que não está falando como o behaviorista. Na primeira destas passagens, ele diz:

“O leitor deve saber que nem todos os behavioristas concordariam com tudo que eu diga. Watson falou como ‘o behaviorista’, e em seu tempo ele era o behaviorista, mas ninguém pode assumir este lugar hoje.” (1974, p.8)

A afirmação é clara. Ninguém pode falar como o (ou a) behaviorista, ou, o que dá no mesmo, em nome do behaviorismo.

O segundo alerta está relacionado ao primeiro. Continuando a citação acima, Skinner diz:

“O que se segue é reconhecidamente – e, como behaviorista, devo dizer necessariamente – uma visão pessoal” (...) “reflete minha própria história ambiental”. (1974, pp. 8, 20).

Resumindo os alertas, agora com minhas próprias palavras. O que vou dizer não tem a pretensão de legislar sobre o que é o Behaviorismo Radical. Sem ser um relato de história de vida (entre outras razões porque minha história nada tem de tão interessante, o que vou dizer é muito mais um depoimento. Um depoimento sobre aquilo que me atraiu e continua me atraindo no/para o Behaviorismo Radical. Tanto quanto as fontes de atração, a sequência na qual os diferentes aspectos são abordados reflete apenas meu jeito pessoal de organizá-los.

¹ Texto extraído do livro *Sobre Comportamento e Cognição – aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*. Org. Roberto Alves Banaco. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2001.

Só mais um 'porém'. Apesar do primeiro alerta de Skinner, os aspectos que identificarei como pertencentes ao Behaviorismo Radical são retirados dos textos escritos por ele.

1. Processo de produção de conhecimento científico

Um primeiro conjunto de aspectos que gostaria de abordar se refere a como o Behaviorismo Radical entende o processo de produção de conhecimento científico.

Acredito que duas suposições básicas sustentam a concepção behaviorista radical de conhecimento científico: a crença na existência do mundo (*About Behaviorism*, 1974, pp. 108-109, pp. 158-159) e a crença de que os fenômenos são determinados (*About Behaviorism*, 1974, p. 208; *Ciência e Comportamento Humano*, 1989, p.29, p. 32). Como uma das maneiras de conhecer o mundo, de conhecer a realidade, o conhecimento científico deveria estar desvendando exatamente tais relações de determinação. Creio que foi com esta formulação simples que estas crenças se constituíram no impulso inicial para a produção de conhecimento que acabou configurando o Behaviorismo Radical.

Entretanto, diferentemente do que foi muito tempo divulgado (e talvez ainda hoje o seja), tais crenças não tornam aquele que produz conhecimento - no caso, o cientista, um ser passivo, a quem só cabe reconhecer neutralmente, e sem outra alternativa, os estímulos vindos deste mundo e decodificá-los em leis que expressariam nada mais, nada menos, que a ordem imanente a tais estímulos (*About Behaviorism*, 1974, pp. 82-83, pp. 86-88, p. 153). Ao contrário, desde o momento da percepção, este sujeito é ativo: sua percepção é determinada por suas interações, passadas e atuais, com a situação que se coloca como objeto de conhecimento. Ao se afirmar que "conhecimento é ação, ou pelo menos regras para a ação" (*About Behaviorism*, 1974, p.154), supõe-se que conhecimento implica sempre interação com o objeto a ser conhecido, e se falamos em interação, falamos em modificação do objeto e do sujeito que conhece.

Também diferente do que é mais frequentemente divulgado, a concepção behaviorista radical não reduz a ciência à coleta e organização de dados; muito ao contrário (e a trajetória de Skinner como produtor de conhecimento é um exemplo disso). O cientista persegue ideias, suposições, hipóteses; interpreta seus resultados, busca constructos hipotéticos ou teóricos que lhe tragam significado; constrói sistemas teóricos. Nesse processo, nem a especulação está de fora; como diz Skinner:

“Todo campo científico tem uma fronteira além da qual a discussão, embora necessária, não pode ser tão precisa quanto se poderia desejar (...) se fosse verdade (que a especulação não faz parte da ciência), grande parte da astronomia ou da física atômica, por exemplo, não seria ciência. De fato, a especulação é necessária para delinear métodos que colocarão o objeto de estudo sob melhor controle.” (1974. p. 21)

Talvez, as únicas coisas interditas sejam o ecletismo e o dogmatismo cego. Explicando: o cientista só produzirá conhecimento ao comprometer-se com alguma ideia; é na busca de evidências que sustentará esta tal 'ideia' que o conhecimento será produzido

e essa busca, por vezes, deve ser feita contra tudo e contra todos; ele não poderá desistir diante das primeiras ou das grandes adversidades – assim, um certo tanto de dogmatismo parece necessário e, com certeza, o ecletismo estará eliminado. Agora, ele deve buscar evidências, deve verificar a força de tal 'ideia', sua amplitude, sua abrangência e, nesse percurso, deve descobrir seus limites. Para isso, ele deve estar atento ao diferente, ao novo, ao não previsto inicialmente; deve estar pronto, inclusive, para reformar ou negar sua 'ideia' inicial - assim, não cabe um dogmatismo cego. Não fosse um certo tanto de dogmatismo, não teríamos descoberto nenhuma regularidade nas relações comportamento-ambiente, nenhuma relação de determinação; continuaríamos no reino absoluto da vontade, ou do destino, ou de poderosas forças não-materiais, ou, no melhor dos casos, de uma natureza caprichosa, tão caprichosa que não se submete ao conhecimento. Fosse cego esse dogmatismo, continuaríamos buscando explicar todo e qualquer comportamento através dos conceitos de reflexo e de reflexo condicionado.

Finalmente, o caminho que o cientista percorre ao produzir conhecimento deve ser submetido a uma única norma: deve ser público. Não cabe restringi-lo por nenhum outro tipo de padronização (por exemplo, uso de instrumentos precisos, de medidas exatas, de cálculos matemáticos) e por nenhum tipo de formalização (por exemplo, dedução de hipóteses de tal ou qual forma). A esse modo de olhar o método científico, costumamos chamar de teórico informal. Claro que pagamos certo preço por essa opção. Entre outras coisas, a sistematização do conhecimento é muito mais lenta, corre-se o risco da dispersão, questões teóricas importantes podem ficar encobertas por muito tempo. Por outro lado, nos libertamos de amarras que podem retardar (frear, conduzir para uma só direção) a produção de conhecimento, já que a postura teórico-informal parece aumentar a possibilidade da variabilidade, da novidade. Quase arriscaria dizer que a concepção behaviorista radical do processo de produção de conhecimento científico prioriza o controle por contingências e não o controle por regras. Se é assim, por que a norma – a regra de ser público?

Uma primeira e mais conhecida razão é a de propiciar possibilidades de avaliação pela comunidade científica: tornar público o conhecimento produzido e o processo que conduziu a ele é condição para submeter a variação à seleção; neste caso, através das contingências de reforçamento da comunidade científica. Uma segunda razão, menos difundida e talvez mais importante, é que tornar público o conhecimento possibilita a ação da comunidade em geral. Como diz Skinner:

“O 'sistema científico', como a lei, tem por finalidade capacitar-nos a manejar um assunto do modo mais eficiente. O que chamamos de concepção científica de determinada coisa não é conhecimento passivo. A ciência não se preocupa com contemplação.” (1989, p. 26)

Nesse caso, estaremos submetendo também à variação a seleção, só que o critério agora é uma prática mais efetiva no mundo. Um critério, portanto, que vai além dos controles explícitos estabelecidos pela comunidade científica. O conhecimento, que é ação, tem por objetivo básico propiciar novas e mais efetivas ações e nestas ações está o critério fundamental de sua validação.

2. Psicologia como ciência do comportamento

O que acontece quando esta concepção de ciência se encontra com a Psicologia? O segundo conjunto de aspectos que eu gostaria de abordar se refere à proposta behaviorista radical para a Psicologia.

Com certeza, a proposta behaviorista radical tem como marca a construção da Psicologia como ciência. Para muitos, isso significou, e significa ainda, empobrecer ou reduzir o objeto da Psicologia.

Empobrecer porque fazer ciência pareceria implicar o lidar só com fenômenos diretamente observáveis, o que, no âmbito da Psicologia, significaria lidar apenas com o comportamento manifesto, ou seja, com comportamentos aos quais qualquer observador independente pudesse ter acesso diretamente. E todos nós sabemos que uma parte bastante significativa de nós não é/não está (na maioria das vezes, felizmente) acessível a outras pessoas.

Reduzir porque, na tentativa de garantir tal critério, mesmo que como algo a ser atingido a longo prazo, fazer ciência poderia significar descrever os fenômenos psicológicos em outro nível - através das transformações neurológicas e/ou fisiológicas. Nesse caso, a Psicologia perderia sua especificidade, já que se diluiria entre as ciências ditas biológicas.

Entretanto, a proposta behaviorista radical de construir uma psicologia científica, uma Psicologia como uma ciência do comportamento, não opta por nenhum destes dois caminhos: não empobrece nem reduz os fenômenos psicológicos.

Desde seus primeiros textos, Skinner (1931, por exemplo) enfaticamente procura mostrar a diferença entre a Fisiologia/Neurologia e a Ciência do Comportamento e, desde seu famoso texto de 1945 (**A Análise Operacional de Termos Psicológicos**), procura convencer os próprios behavioristas de que não há razão alguma que justifique retirar da ciência do comportamento aqueles fenômenos que não podem ser diretamente observados. Do ponto de vista do Behaviorismo Radical, cada um de nós é um organismo, isto é, membro da espécie humana com sua história de evolução; mas é um organismo que, interagindo com o ambiente durante sua vida, adquire um repertório de comportamentos: torna-se uma pessoa. Uma pessoa que, interagindo com o ambiente, estabelece relações especiais: relações com outros seres humanos que lhe possibilitam desenvolver um repertório também especial que podemos chamar de autoconhecimento; uma pessoa que pode conhecer seus comportamentos, públicos ou não, e os estados corporais (sentimentos, emoções) que acompanham tais comportamentos e que, assim, se torna um *self*. Para as Ciências Biológicas, esta pessoa pode continuar apenas um organismo, para a ciência do comportamento não: seu foco de análise está exatamente nas outras duas 'dimensões' (*About Behaviorism*, 1974, p. 145), e a última delas (a que chamamos *self*) nos coloca frente a frente com os fenômenos que não são passíveis de observação direta por um observador independente.

Isso, porém, não elimina todos os problemas decorrentes da proposta de se construir uma psicologia científica. A ciência, segundo supõe-se, lida com leis ou afirmações gerais, o que poderia destruir a individualidade, a singularidade das pessoas e dos *selves* e, de novo, a Psicologia perderia sua graça. Afinal, nós nos percebemos como diferentes dos outros: reagimos de formas diferentes diante de uma mesma situação, valorizamos diferentemente as coisas ao nosso redor, temos estilos de vida diferentes e assim por diante. E tudo isso é verdade para o Behaviorismo Radical. As regularidades que tais afirmações gerais descrevem se referem aos processos de interação que mantemos com nosso ambiente e a descrição detalhada destes processos e das interações entre eles possibilita explicar, e não acabar com, a variabilidade. A ciência do comportamento não destrói a individualidade, a singularidade e Skinner é claríssimo quanto a isto:

“Uma pessoa não é um agente originador; é um locus, um ponto no qual muitas condições genéticas e ambientais se reúnem em um efeito conjunto. Como tal, ela permanece inquestionavelmente única. Ninguém mais (a menos que ela tenha um gêmeo idêntico) tem sua dotação genética e, sem exceção, ninguém mais tem sua história pessoal. Assim, ninguém mais se comportará precisamente da mesma maneira. Nós nos referimos ao fato de que não há ninguém como ela enquanto uma pessoa, quando falamos de sua identidade.” (1974, p. 185)

O início dessa citação revela mais dois aspectos que podem ser apontados como restrições para a construção da Psicologia como ciência. Esses aspectos estão intimamente relacionados e podem ser assim descritos: tudo bem, somos indivíduos, mas somos determinados; nossa própria individualidade é determinada, causada, ou, em outras palavras, sujeita a controle. É uma determinação, uma causa, um controle que não vem de mim mesmo: sou indivíduo, mas não sou livre, não sou sujeito. Para o Behaviorismo Radical, o indivíduo é sim determinado, e, neste sentido, não há livre arbítrio, não há liberdade como sinônimo de indeterminação. É condição básica do ser humano que ele interaja com a natureza, com outros homens, o que significa dizer que ele aja sobre a natureza, sobre os outros homens e sofra os efeitos dessa sua ação: isto é determinação, isto é controle. E como diz Skinner:

“Controle não é uma fase passageira (...) Nós não podemos escolher uma maneira de vida na qual não haja controle. Nós podemos apenas escolher as condições controladoras.” (1974, p. 209)

Entretanto, é exatamente essa condição que pode transformar o indivíduo em sujeito. Em primeiro lugar, porque ele age sobre, e, ao fazê-lo, produz mudanças. É Skinner quem diz:

“O comportamento operante é essencialmente o exercício de poder: ele tem um efeito sobre o ambiente.” (1974, p. 154)

Em segundo lugar, porque a esperança do Behaviorismo Radical é que, através da descrição desses processos de interação, através da produção de conhecimento científico, nós possamos criteriosamente escolher e produzir as condições que nos controlarão: o homem pode se tomar sujeito de seu próprio destino (*About Behaviorism*, 1974, p.277). E fará isso agindo sobre o mundo, produzindo o mundo que o produzirá enquanto organismo, enquanto pessoa e enquanto *self*. Fundamentalmente, é por causa dessa esperança que o Behaviorismo Radical tem feito críticas sistemáticas à prática de se buscar as causas do comportamento no interior do indivíduo. Procurar os determinantes dentro do homem, buscar explicações mentalistas, contentar-se com a indicação das chamadas causas internas nos afasta de atuar sobre o mundo.

Recebam os chamados fenômenos internos o nome que receberem (estruturas cognitivas, traços de personalidade, dinamismos psíquicos, vontades, sentimentos, desejos, objetivos, metas, etc.), quando atribuímos a eles o papel de causa, não reconhecemos que eles são ou condições corporais, orgânicas, para comportamentos, ou comportamentos encobertos ou estados corporais, e que, como tais, são produtos da história da espécie e da história do indivíduo dentro de uma cultura, também com sua história particular; e, assim, não temos porque nos preocuparmos com essas histórias.

Ao fazermos isso, aceitamos como explicação aquilo que precisa ser explicado (de onde vem a vontade? por que é este o objetivo? como surgiu aquele sentimento? quais as condições que favorecem o desenvolvimento de determinadas estruturas perceptuais, ou de pensamento, ou de personalidade?, e assim por diante). Além disso, podemos estar, sem o sabermos, carregando junto com tais conceitos outros conceitos ou suposições por eles implicados. Como, por exemplo, uma concepção de causalidade finalista, derivada de uma visão de mundo pronto, acabado e hierarquizado, ou uma concepção mecanicista de causalidade, derivada de uma visão de mundo não mais hierarquizado, mas com certeza pronto, funcionando como um mecanismo, cheio de relações lineares, unidirecionais e repetitivas. E, finalmente, satisfeitos em ter uma explicação, paramos de procurar por ela.

Agindo assim, podemos até preservar nossa imagem de ‘agentes iniciadores’, mas, por preservá-la, estamos nos distanciando de identificar os reais determinantes de nossos comportamentos e estados corporais e, com isto, perdendo a possibilidade de atuar sobre eles.

Aqui está, talvez, a marca fundamental da proposta behaviorista radical para a Psicologia e, em minha opinião, a principal fonte de resistência a esta proposta. Atuar sobre os determinantes significa atuar sobre essas inter-relações e não sobre os indivíduos que, como um todo, já são produto delas (*Questões Recentes na Análise do Comportamento*, 19, p. 30, p. 90). Isso retira a Psicologia, e mais concretamente os psicólogos, de seu lugar tradicional e razoavelmente confortável. Deveríamos ter algo a dizer sobre as relações dos homens com a natureza e sobre as relações dos homens entre si; mais do que isto, deveríamos ter algo a fazer sobre as diversas relações que constituem a vida dos homens. O 'lugar' de atuação da Psicologia é aquele no qual tais relações ocorrem, é aquele no qual estão sendo geradas as condições que propiciam tais relações e,

se concordamos que nossa preocupação central é o homem e não ratos e pombos, este lugar é a sociedade. Não podemos fazer nada a respeito da história já vivida por este homem, esta história já agiu sobre ele, alterando-o; isso nós não podemos mais alterar. Só nos resta interferir na sua história atual: interferir nas condições de vida concreta deste homem e, assim, em sua história futura.

3. Os behavioristas radicais

Como afirmei no início, para dizer porque sou behaviorista radical pretendia destacar aspectos que me atraíam no e para o Behaviorismo Radical. E os aspectos são esses que citei. Ao abordá-los, não respeitei sua historicidade; isto é, não disse como surgiram, e como se transformaram, misturei aspectos de longa data com aspectos mais recentes. Mais do que isso, não abordei nenhum aspecto considerado por mim como problemático, não abordei falhas, lacunas, contradições. E há muito disso também no Behaviorismo Radical; em seu processo de construção, muitos problemas já foram resolvidos, contradições superadas. Mas, ainda há muito por dizer. Acho que não poderia ser diferente. Nas palavras de Skinner:

“Como a filosofia de uma ciência do comportamento, o Behaviorismo Radical exige, provavelmente, a mais dramática mudança jamais proposta em nossa forma de pensar acerca do homem. É quase literalmente uma questão de virar pelo avesso a explicação do comportamento.” (1974, p. 274)

Com certeza, isso não será feito rapidamente, não será feito por uma só pessoa, não será feito tranquilamente: sem enfrentar críticas justas e injustas, sem cometer erros, sem realizar correções, sem criar e resolver contradições. Pelo menos, foi isso que aprendi com os behavioristas radicais. Lendo seus textos, por exemplo os de Skinner, de Sidman. E, por sorte, sendo ensinada diretamente por outros (não tão famosos, mas bastante radicais) que foram sempre sensíveis as minhas dúvidas, pacientes com meus erros, críticos ao mais leve sinal de dogmatismo cego ou ecletismo fácil e com os quais posso, nem sempre tranquilamente e quase sempre prazerosamente, com certeza partilhar meus anseios e expectativas.

Bibliografia

Skinner, B. F. (1945) *An Operational Analysis of Psychological Terms*. In: Skinner, B. F. (1972) *Cumulative Record*. New York: Appleton-Century-Crofts.

(1974) *About Behaviorism*. New York: Vintage Books Edition.

(1989) *Ciência e Comportamento Humano*. Sao Paulo: Martins Fontes.

(1991) *Questões Recentes na Análise do Comportamento*. Campinas: Papirus.